



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 198 / MARÇO-ABRIL 2020 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3** **Trabalhadores da Limpeza Urbana não baixam os braços!**
- 5** **Degradação dos Refeitórios Municipais**
- 10** **STML reúne com DMRH**
- 13** **XIV Congresso da CGTP-IN**
- 15** **Abril, mês da Liberdade**
- 17** **#CapitalismoNãoÉVerde**
- 19** **Suspensão da Greve de 20 de Março**

90€

2020 PARA TODOS



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 198 — MARÇO-ABRIL 2020

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Lourenço, Paula Correia, Tiago Lopes, José Oliveira, António Pascoal e Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Apesar da pandemia, elevada aos píncaros em determinados momentos pelos media, não ignoramos que há assuntos que continuam na ordem do dia e, principalmente, que influem, positiva ou negativamente na vida dos trabalhadores da administração pública (AP). É em termos negativos que assistimos à opção política em termos salariais do governo PS, claramente vexatória para os trabalhadores da Administração Pública (AP).

Face à proposta avançada pelos sindicatos da Frente Comum, de 90€ para todos os trabalhadores, com a subida da 1ª posição da Tabela Remuneratória Única (TRU) para 850€, o governo decide unilateralmente aumentar 10€ para os trabalhadores que auferem os salários mais baixos (635,07€ e 683,13€), aumentando os restantes em 0,3%. Vergonhoso! Razões mais do que suficientes para a FCSAP convocar para 20 de Março uma greve nacional da administração pública. Contudo, numa atitude de enorme responsabilidade, **a greve foi suspensa** (não foi desconvocada!), face ao momento excepcional que o país e todos os nós atravessamos.


A luta também se desenvolve na cidade de Lisboa, destacando a greve muito significativa de 10 de Março dos trabalhadores da higiene urbana, motivada pelas rescisões de contrato a cantoneiros a recibos-verdes que durante mais de um ano serviram para trabalhar, e que de um momento ao outro, passaram a descartáveis. Somam-se os inúmeros problemas que continuam por resolver neste importante serviço público, tendo os trabalhadores decidido prolongar a sua participação na greve nacional da AP de 20 de Março, até 22 de Março, onde se inclui a greve ao trabalho extraordinário. **Perante o agravar do surto associado à pandemia da COVID-19, também esta luta foi momentaneamente suspensa.** Contudo, a CML não deve desvalorizar o importante sinal dado pelos trabalhadores na disponibilidade para a luta.

Nas juntas de freguesia, aguarda-se para breve a celebração de um novo Acordo colectivo de Empregador Público (ACEP) com Benfica, Campo de Ourique e Lumiar. O objectivo passa por garantir mais e melhores direitos para os trabalhadores, com ênfase para mais 3 dias de férias atribuídos via avaliação positiva (através do SIADAP).

Nas empresas municipais, desenvolvem-se os processos de negociação salarial anual com o Gebalis e Egeac. Na capacidade de união, organização e luta dos trabalhadores, maiores garantias serão erguidas, face aos resultados desejados. Na SRU, trabalha-se numa proposta de Acordo de Empresa que procura envolver o maior número de trabalhadores.

Entramos no mês de Abril, relembrando o que muitos parecem querer usurpar, fazendo o tempo regredir a um passado de má memória. Valorizamos a Revolução do 25 de Abril, que permitiu conquistar a liberdade e a democracia para o nosso povo, além de arquitetar uma Constituição progressista e inovadora em muitas dimensões da vida societal. Apesar das sete revisões a que foi sujeita, mantém-se ainda como uma das mais avançadas no mundo. Exercer os nossos direitos, continua a ser a melhor forma de defender Abril e tudo o que lhe está associado. O apelo passa pela participação nas comemorações populares a ter lugar no dia 25, com ponto de encontro no Marquês de Pombal às 14h30.

Depois de Abril, Maio com a força de quem trabalha, fazendo do 1º de Maio, o Dia Internacional do Trabalhador, um magnífico dia de luta, de protesto e também de festa! Às 15h00 no Martim-Moniz, rumo à Alameda, trazemos para a rua as nossas reivindicações, por melhores condições de trabalho e de vida! (Jornadas de luta e de festa, obviamente dependentes da evolução da pandemia da COVID-19).



Trabalhadores da Limpeza Urbana não baixam os braços!

O STML marcou uma greve para os trabalhadores da Limpeza Urbana, afetos à recolha de resíduos, no passado dia 10 de Março. Uma luta que correspondeu à vontade dos trabalhadores e à sua indignação pela dispensa dos seus camaradas a trabalhar com contrato de prestação de serviços (CPS), alguns há mais de um ano, e, entretanto, excluídos por um exame psicotécnico do concurso de admissão.

Sublinha-se que estes trabalhadores, ao longo do tempo em que estiveram ao serviço da CML, desempenharam a sua actividade com qualidade, cumprindo sempre as orientações que lhes foram transmitidas, e sem falhas a apontar no que diz respeito à assiduidade. Ou seja, demonstraram estar aptos para a penosa tarefa da recolha de resíduos urbanos. Relembramos que alguns destes trabalhadores foram os mesmos com que a CML contou (obrigou), para trabalhar no dia 1 de Janeiro de 2019, entre outras datas festivas.

O problema agora criado revela, no essencial, a incapacidade da CML em desenvolver uma política adequada de gestão de recursos humanos, em termos de planeamento e execução de concursos de admissão de pessoal. Através de uma organização atempada, sustentada numa vontade política consequente, teríamos uma permanente reserva de recrutamento a que se possa recorrer para colmatar necessidades de trabalhadores, independentemente das áreas de actividade em causa. Só assim será possível evitar situações de rutura, como recorrentemente se tem verificado na limpeza urbana.

Em 2014, na sequência da decisão política do PS de António Costa de passar para as Juntas de Freguesia várias competências e cerca de 1000 trabalhadores, decisão que o STML combateu fortemente, a recolha de resíduos na CML ficou altamente deficitária e à beira do colapso.

Nessa altura, para acudir a esta situação extrema, o Sindicato exigiu a entrada imediata de 150 trabalhadores a recibos-verdes (CPS), com o compromisso da abertura imediata de um concurso de admissão para a sua consequente integração. Não esqueçamos que a autarquia pretendia recorrer a trabalhadores do fundo de desemprego (CEI).

O concurso arrastou-se por cerca de três anos, dando lugar aos mesmos erros que hoje criticamos e combatemos, nomeadamente os famigerados “chumbos” nos testes psicotécnicos (reconhecidos mais tarde como desnecessária e excessivamente exigentes), mas também nos exames médicos, tardiamente efetuados. Em suma, tencionava-se dispensar mais de 30 trabalhadores com três anos de serviço. Fruto da intervenção do STML, esses trabalhadores acabaram por ficar tendo sido renovado o CPS e redistribuídos por várias orgânicas da autarquia.

Com o PREVPAP, os cerca de 30 trabalhadores foram finalmente integrados no mapa de pessoal (CTFP por tempo indeterminado), num processo que só agora terminou na CML (dois anos depois do previsto). Este processo de regularização extraordinária deveria ter erradicado a precariedade na Administração Pública, contudo, a autarquia lisboeta persiste na sua manutenção. Os motivos, já referidos, prendem-se com a falta de planeamento, continuando a verificar-se assim, a contratação de trabalhadores a recibos-verdes para o desempenho de funções de carácter permanente.

Uma prática que não se limita à limpeza urbana, mas percorre outros sectores e profissões, como nos cemitérios e no urbanismo.

Sobre os trabalhadores descartados, afirma a CML que a questão da reprovação no teste psicotécnico é incontornável. Porém, para o STML, há um caminho que pode ser assumido, havendo vontade política nesse sentido. O sindicato e os trabalhadores, como demonstraram na adesão à greve de 10 de Março, não baixarão os braços neste processo reivindicativo. A razão, mais do que justa, está do nosso lado! De tal maneira assim é, que para a greve nacional da AP de 20 de Março, os trabalhadores mostraram uma firme disponibilidade para a luta, assumindo prolongar a greve até dia 22 deste mês, incluindo a greve ao trabalho extraordinário. Como sabemos, por razões de superior interesse público, a luta foi suspensa – **não foi desconvocada** – perante a pandemia associada ao surto da COVID-19.

A luta irá continuar pela integração de todos os trabalhadores a recibos-verdes; pela uniformização da atribuição do descanso compensatório; pela melhoria das condições de trabalho nos postos de limpeza e no COR; entre outras situações.



Arquivo Municipal

A luta por um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa, integrando as suas várias valências, actualmente distribuídas por vários espaços da cidade, continua na agenda reivindicativa dos trabalhadores e do STML. Em Janeiro, houve lugar a novo plenário na Assembleia Municipal de Lisboa onde os trabalhadores intervieram, denunciando, criticando e propondo soluções, as mesmas que têm sido ignoradas pelo Executivo presidido por Fernando Medina, cada vez mais isolado na argumentação e na vontade conhecidas.

Em inícios de Março, por iniciativa dos trabalhadores, teve lugar na Biblioteca Nacional de Portugal, uma 'mesa redonda' composta por vários especialistas da área dos arquivos, onde o STML também marcou presença.

Caso não se adivinham soluções concretas ao problema dos trabalhadores da Divisão de Arquivo Municipal, a luta intensificar-se-á nas próximas semanas, erguendo-se no horizonte a possibilidade de intervenção na reunião pública de câmara. Se os responsáveis políticos da CML persistirem no caminho 'cego, surdo e mudo' que os tem caracterizado até agora, não restará aos trabalhadores, sempre com o sindicato, decidir novas formas de luta.

STML apresenta queixa à ACT sobre o estado da Biblioteca Camões

As denúncias realizadas pelo STML sobre as condições de trabalho da Rede de Bibliotecas, em especial a do Camões, em fins de Novembro do ano passado, tiveram como consequência um olhar mais atento, mas ainda não totalmente consequente, da parte das chefias da direcção Municipal da Cultura, em particular da Divisão da Rede de Bibliotecas. É certo que não desvalorizamos as reacções observadas, mas também não ficamos deslumbrados, se tivermos em linha de conta apenas o discurso de boas intenções e umas pequenas, pequeníssimas diríamos, operações de maquiagem no piso 2 do edifício onde está instalada esta biblioteca.

O STML considera urgente a intervenção na Biblioteca Camões, face ao seu estado avançado de degradação, prejudicando tanto trabalhadores como visitantes e utentes. Além do mais, e tratando-se da segunda biblioteca mais visitada de Lisboa, é também a imagem da Câmara Municipal que fica mal na fotografia. Preocupações que, aparentemente, só os trabalhadores assumem...

Perante o cenário de manifesta urgência, durante o mês de Janeiro o STML levou a cabo uma denúncia junto da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Aguarda-se neste momento o parecer deste organismo e respectiva notificação à CML.

O sindicato continuará a acompanhar os problemas dos trabalhadores da Rede de Bibliotecas, prevendo-se para o mês de Abril, nova visita aos vários equipamentos sob alçada da autarquia de Lisboa.



Os problemas de insalubridade no Espaço LX Jovem

Em Janeiro, o STML foi alertado pelos trabalhadores do Espaço LX Jovem para os problemas que se vivem neste serviço, em termos de condições de saúde, higiene e segurança. Neste sentido, foi enviada a 11 de Fevereiro uma exposição ao Presidente da autarquia, com conhecimento a todos os vereadores, propondo desbloquear as várias intervenções necessárias à resolução dos referidos problemas.

Da exposição, afirma-se,

Da responsabilidade do Departamento dos Direitos Sociais, especificamente da Divisão para a Coesão e Juventude, o Núcleo de Apoio à Juventude tem sob sua alçada o Edifício Espaço LX Jovem, localizado no Bairro do Armador, em Marvila. Neste serviço municipal, inaugurado em Março de 2015, laboram seis trabalhadores, número insuficiente face à sua natureza e objetivos.

Recentemente, os trabalhadores que se encontram neste equipamento, comunicaram ao STML um conjunto de problemas que compete à Câmara Municipal de Lisboa solucionar, salvaguardando por esta via as suas condições de trabalho em termos de saúde, higiene e segurança.

Refere-se concretamente a presença de pragas, ratos e baratas, além de constrangimentos a nível da rede de saneamento, com maus cheiros recorrentes que degradam o ambiente de trabalho, afetando não só os trabalhadores, mas também os munícipes que frequentam este espaço municipal.

Este conjunto de problemas, sublinhe-se, foram já transmitidos às respectivas chefias pelos próprios trabalhadores. Contudo, até ao momento, não foi acionado qualquer procedimento com vista à sua resolução em tempo útil e de forma satisfatória.

Pelo exposto, sendo uma situação prejudicial à saúde dos trabalhadores e dos utilizadores do espaço, com consequências imprevisíveis e indesejáveis para a saúde pública, o STML salienta a urgência da Câmara Municipal, através dos serviços competentes, responder aos problemas suprarreferidos. Neste sentido, torna-se premente realizar as intervenções necessárias no que se refere ao controlo e eliminação de pragas, além de efetuar uma avaliação/identificação da proveniência dos cheiros a esgoto, propondo a sua eliminação.

Degradação dos Refeitórios Municipais

Nos últimos meses têm-se multiplicado as reclamações sobre o funcionamento dos refeitórios municipais. Neste sentido, a 20 de Janeiro, o STML direccionou ao Presidente da CML uma exposição sobre os problemas vivenciados. Em síntese, relembramos que:

“(…) foi sempre assumido pelo Sindicato que qualquer assunto relacionado com os refeitórios, os seus profissionais e utilizadores, continuaria a ser tratado com os responsáveis máximos da CML, em detrimento do Conselho de Administração (CA) dos SSCML. (...) Contudo, passados mais de quatro anos após a transferência da gestão dos refeitórios municipais para os SSCML, temos assistido a um conjunto de situações anómalas, também inéditas, com evidente prejuízo para os trabalhadores do município de Lisboa enquanto os seus principais utilizadores e para quem estes equipamentos se deveriam destinar exclusivamente. (...)”

- 1. diminuição da qualidade das refeições disponibilizadas**, destacando os Olivais (refeitório localizado no Complexo Municipal dos Olivais 2); da Boavista (refeitório localizado no Complexo Municipal da Boavista) ou do Monsanto (refeitório localizado no Complexo Municipal Cruz das Oliveiras);
- 2. indisponibilidade de espaço face à sobrelotação dos refeitórios**, principalmente pela frequência de pessoas externas à CML, destacando os casos do Edifício da Rua Alexandre Herculano; dos Olivais (refeitório localizado no Complexo Municipal dos Olivais 2) e da Boavista (refeitório localizado no Complexo Municipal da Boavista);
- 3. obstáculos à entrada de trabalhadores aposentados da CML**, no caso particular do refeitório localizado no edifício dos SSCML. (...)”

Concluimos esta exposição, propondo que:

- 4.**
 - a)** deve a CML intervir em todas as dimensões possíveis junto do CA do SSCML, propondo a integração através da celebração de um contrato de trabalho efectivo, das trabalhadoras que ocupam um posto de trabalho permanente, mas que detêm actualmente um vínculo de trabalho precário;
 - b)** deve ser reassumido pela CML a gestão direta dos refeitórios municipais;
 - c)** devem ser criadas salvaguardas que reorientem a utilização dos refeitórios, priorizando os trabalhadores do município de Lisboa, estejam no activo ou já aposentados;
 - d)** devem ser definidos e escrupulosamente fiscalizados os critérios que sustentam as relações com fornecedores, avaliando em cada momento, a qualidade das refeições confeccionadas.

Sobre o teor desta exposição, lamentavelmente nenhuma resposta por parte dos responsáveis municipais foi transmitida ao STML. A certeza, contudo, que nem o sindicato, nem os trabalhadores, ficarão à espera indefinidamente.

A 19 de Fevereiro, em plenário realizado pelo sindicato no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, foi decidido unanimemente pelos trabalhadores presentes, realizar um abaixo-assinado sobre os inúmeros constrangimentos que marcam o uso diário do refeitório localizado no 8.º piso deste local de trabalho. Em tempo oportuno, decidir-se-á a forma de entrega do referido abaixo-assinado.



STML exige valorização dos trabalhadores da SRU

O STML convocou, em Janeiro, um plenário geral de trabalhadores da SRU com o objectivo de apresentar a respectiva proposta de Acordo de Empresa (AE). Lembramos que este documento, agora alvo de discussão, foi elaborado em conjunto com um grupo de trabalhadores da própria empresa.

Para o STML, é prioritária a celebração deste AE. Só assim se poderá assegurar os direitos, as garantias e as liberdades dos profissionais em causa.

No plenário geral, numa discussão participada e democrática, foram então dadas a conhecer algumas das medidas inseridas na proposta de Acordo. Por exemplo:

1. A regulação dos horários de trabalho (o mesmo horário para todos os trabalhadores);
2. Progressão na carreira;
3. Tabela salarial única e conhecida por todos os trabalhadores;
4. Regulação da IHT;
5. Pagamento do trabalho suplementar.

Com os trabalhadores da SRU já cientes da proposta de AE, a ideia é que possam contribuir agora para englobar no documento as particularidades da empresa e dos seus profissionais.

O próximo passo será a realização de um novo plenário para voltarmos a ouvir os trabalhadores, desta vez mais informados, sobre o conteúdo do AE proposto. Só depois, e com o aval de todos, é que o documento estará em condições de ser remetido ao Conselho de Administração da SRU.

O Acordo de Empresa, um instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, recorde-se, funciona como um elemento unificador e estabilizador dos direitos de quem trabalha.

Tal ferramenta da contratação colectiva vai garantir, por isso, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos profissionais da SRU. Consequentemente, vai contribuir também para a melhoria da qualidade dos serviços públicos que são prestados pela empresa à população e à cidade.

EGEAC – Negociação Salarial Anual

Durante o mês de Janeiro, o Sindicato realizou visitas e plenários em todos os equipamentos da EGEAC para debater com os trabalhadores a proposta a apresentar ao CA de aumento salarial para 2020. O consenso da imensa maioria, apontou um aumento de 90€ para todos os trabalhadores da empresa. O aumento de 90€ não compensa os mais de 10 anos de congelamento salarial, tratando-se, acima de tudo, de uma proposta séria, responsável e, principalmente exequível.

Foi esta proposta que o STML fez chegar aos responsáveis máximos da EGEAC, tendo oportunidade de a justificar e defender na reunião realizada a 13 de Fevereiro e, num segundo momento a 9 de Março. Da parte do CA, foi apresentada uma primeira contra-proposta na ordem dos 0,3%, tendo passado na última reunião para 1% em 2020 e de 1,5% para 2021, face à ideia em programar e concretizar reuniões negociais a dois anos.

O STML, no momento em que escrevemos este artigo, prepara-se para debater com todos os trabalhadores da empresa a proposta do CA, de 1%, além de avaliar os prós e contras de negociações bianuais, sabendo que o essencial não é tanto a forma, mas o seu conteúdo.

No entender do STML, a posição do CA está ainda muito distante do reivindicado pelos trabalhadores e sindicato. Mais parece que assistimos a uma espécie de mimetismo com a postura inaceitável do Governo em relação aos trabalhadores da administração pública, que, como sabemos, motivou a indignação e protesto generalizados, materializados na manifestação nacional de protesto a 31 de Janeiro e ao anúncio de uma greve nacional para 20 de Março.

A proposta dos responsáveis máximos da EGEAC confunde-se assim e nesta fase, com uma subvalorização dos trabalhadores com os quais afirmam estarem muito preocupados. Imaginamos que se trate de uma preocupação muito centrada na pandemia associada aa COVID-19, porque de resto...

Outros Assuntos

Na reunião de Fevereiro, o STML informou ainda a EGEAC que irá apresentar uma denúncia à ACT sobre a actual aplicação das escalas de trabalho no Museu de Lisboa (Teatro Romano e Galerias). Em suma, exige-se a reposição dos dias de descanso semanal.

GEBALIS

Aumentos salariais para 2020



A CML aprovou, no final de Outubro de 2019, o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para os próximos três anos. Foram ainda aprovados os planos de actividade, as orientações estratégicas e o orçamento das empresas municipais – Carris, EMEL, SRU, EGEAC e GEBALIS.

Na GEBALIS, passados 25 anos desde a sua criação e graças à correta aplicação do Acordo de Empresa (AE), celebrado com o STML e STAL em 2017, já se começam a verificar as esperadas melhorias. Isto apesar de ainda serem acentuadas as diferenças salariais entre trabalhadores que desempenham funções iguais, têm as mesmas competências e os mesmos anos de serviço efectivo.

Antes da aplicação das medidas pecuniárias do AE, a média do salário na Gebalis, sem as comissões de serviço (CS), era de 1.128€. A empresa contava com 30 trabalhadores em CS na altura, pelo que, calculando a média salarial com todos os profissionais, ela chegava aos 1.725€. Ao comparar as duas médias, verificamos uma diferença relevante de quase 600€.

Atualmente, constam dos quadros da empresa 226 trabalhadores. Destes, 33 profissionais ocupam cargos nas direções e chefias intermédias; e 11 estão com licença sem vencimento ou com acordo de cedência de interesse público. O STML fez uma análise aos salários dos restantes 182 trabalhadores, como se pode ver no quadro abaixo.

Em 2020, os trabalhadores já estão integrados na tabela salarial – apenas 34 estão em situações intermédias. Podemos constatar que o valor da média dos salários (sem CS) sobe para os 1.271€. Quando incluímos as CS (33 trabalhadores), o valor ascende aos 1.317€. Ao comparar as duas médias, verificamos que há agora uma diferença de apenas 46€.

Esta pequena evolução registada, no contexto do desenvolvimento da acção reivindicativa e de luta, ainda não compensou os 22 anos de estagnação remuneratória e perda de poder de compra. Os trabalhadores da Gebalis continuam a ser fustigados pela desigualdade salarial. Por isso, no final de 2019, e conforme estabelecido no AE, o STML e o STAL iniciaram um processo de negociação com a Conselho de Administração (CA) da empresa para aumentos salariais.

A proposta inicial de 90 euros de actualização para todos os níveis e carreiras, aprovada pela maioria dos trabalhadores em plenário, não foi aceite, tendo o CA apresentado uma contraproposta de mais 2,3% para todos os níveis e carreiras.

Após nova reunião com os trabalhadores, foi aprovada uma segunda proposta a submeter à administração: subida dos salários, em todos níveis e carreiras, no valor de 50€. Aguardamos neste momento nova reunião com o CA.

Carreira	Número de Trabalhadores	Intervalo de salário (mínimo/máximo)	Salário médio	Observações
Técnico Superior	83	de 1.035,84€ a 2.292,00€	1.377,91€	Nenhum trabalhador ganha abaixo dos 1.000€.
Assistente Técnico	82	de 810,00€ a 1.454,00€	969,24€	50 trabalhadores ganham abaixo dos 1.000€.
Assistente Operacional	17	de 635,07€ a 1.391,21€	1.084,31€	7 trabalhadores ganham abaixo dos 1.000€.

A profissão de Bombeiro profissional tem de ser considerada de risco e de rápido, prematuro e acentuado desgaste.



O STML tem tomado iniciativas ou apoiado diretamente outras que promovam a alteração à legislação publicada para este sector no ano transato, e que veio lesar acentuadamente os bombeiros e por consequência o socorro que estes prestam.

A alteração legislativa exarada pelo Decreto-Lei n.º 87/2019, quanto às condições e às regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação ou reforma dos trabalhadores integrados nas carreiras de bombeiro sapador e de bombeiro municipal, revelou uma injustiça muito grande para com estes profissionais, relativamente ao que estava consagrado no Decreto-Lei n.º 106/2002.

Esta alteração aflorou alguns constrangimentos antagonistas, particularmente na ótica da aptidão física e capacidade para trabalho dos bombeiros profissionais, sobretudo acima dos 45 anos; na dignidade pessoal e profissional que estes profissionais merecem; bem como a necessidade das organizações manterem os parâmetros de socorro exigíveis, pondo inclusivamente a nu alguns desequilíbrios ao nível de uma justa recompensa, nomeadamente após desmedidos esforços realizados durante muitos anos de uma actividade altamente impactante e desgastante.

No enquadramento geral das profissões, e tendo em devida conta a importância que cada profissão tem na sociedade, existem umas que comportam efectivamente mais factores de risco profissional do que outras. E, se de facto existe uma profissão onde o risco é muito alto e prevaemente, essa é a de bombeiro profissional.

Com efeito, são muito variados os perigos a que estes profissionais se sujeitam no âmbito da sua actividade, colocando-os em sério risco de desenvolver, proveniente de acidentes, quedas, ou ainda da exposição a determinados perigos ou impactos, lesões graves, traumas e doenças ocupacionais, ainda que obrigatoriamente se deva considerar, no limite, a morte do próprio profissional.

De facto, a inevitável e consequente resposta a acidentes por parte dos bombeiros profissionais, faz com que estes se exponham a um conjunto de riscos ocupacionais muito variados,

colocando-os no topo das actividades que têm de lidar com um considerável número de perigos que ameaçam a sua segurança, assim como, ser causa de graves doenças e lesões de âmbito ocupacional. Destacam-se alterações significativas no sistema cardiovascular, respiratório, imunológico, gastrointestinal, endocrínico, músculo-esquelético e neuromuscular, contando que na vertente mental, o stress ocupacional a que estes profissionais se sujeitam, colocam-nos em risco elevado de desenvolverem sintomatologia traumática, a qual dá azo ao desenvolvimento de graves perturbações do foro mental.

Assim sendo, de referir que as várias sobrecargas físicas, mentais e organizacionais, comprometem largamente o seu bem-estar pessoal e sociofamiliar, a sua segurança e saúde psicofísica.

Em função da alteração legislativa referida, e tendo em devida consideração a apatia governativa perante o descontentamento evidenciado por estes profissionais, principalmente depois de estar consumada, entenderam os bombeiros Carlos Silva, Pedro Pedro e Ricardo Ribeiro, apoiados desde o início por Dirigentes do STML, arregaçar as mangas e, através de um documento técnico abrangente, argumentar junto do legislador o possível impacto elevado e consequente desgaste desta actividade.

Com o apoio do STML, como referido, também dos SSCML na elaboração do documento, foram feitas um conjunto de diligências junto do Presidente Fernando Medina, o qual, sensatamente, não ignorou o talhe justificativo, dando condições para que o documento visse a luz do dia.

Em suma, são muitas as razões, mais do que justificadas, para que esta actividade deva ser considerada uma profissão de risco, rápido, prematuro e acentuado desgaste. As consequências são muitas e graves, extensíveis inclusivamente à dimensão socio-familiar.

STML ausculta trabalhadores de várias realidades sectoriais



O STML, como anunciado, tem continuado a fazer diversas visitas aos locais de trabalho, estabelecendo um contato directo com os trabalhadores e auscultando os seus problemas para juntamente com eles, estabelecerem metas para a resolução dos problemas que os afligem ou obterem respostas sobre as suas inquietações, junto dos diversos executivos (CML e Juntas) e concelhos de administração (Empresas Municipais). Destes encontros relativos a áreas específicas dos técnicos e da saúde higiene e segurança, ressaltam, uma vez mais, as queixas relacionadas com um sem número de temas que este sindicato, paulatinamente, tem trazido ao conhecimento dos trabalhadores e responsáveis, nomeadamente:

1. SIADAP – queixas de todo o tipo
2. Condições de trabalho deficientes e/ou inseguras
3. Falta de EPIS ou os mesmos fora de prazo
4. Falta de fardamentos e/ou sua disponibilização atempada
5. Falta de formação profissional específica e não só
6. Pagamentos às Ordens profissionais
7. Horários de trabalho e conciliação da vida familiar e profissional
8. Sobrelotação de alguns refeitórios

Assim estas questões resultaram das seguintes intervenções:

9. Visitas às UIT de Marvila, Alcântara, Lumiar
10. Quatro visitas no edifício do Campo Grande
11. Visita ao edifício da Alexandre Herculano
12. Plenário no edifício da Bela Flor
13. Plenários no posto de São Sebastião e Filipe da Mata da Junta de Freguesia das Avenidas Novas
14. Visita ao Posto de Limpeza da Boavista e do Rego
15. Visitas ao GEO e Depósito de Alvalade

De todas elas, sobressaem as questões que se prendem com o SIADAP e sobre a falta de condições de trabalho nalguns locais, em que se destaca negativamente o Posto de Limpeza

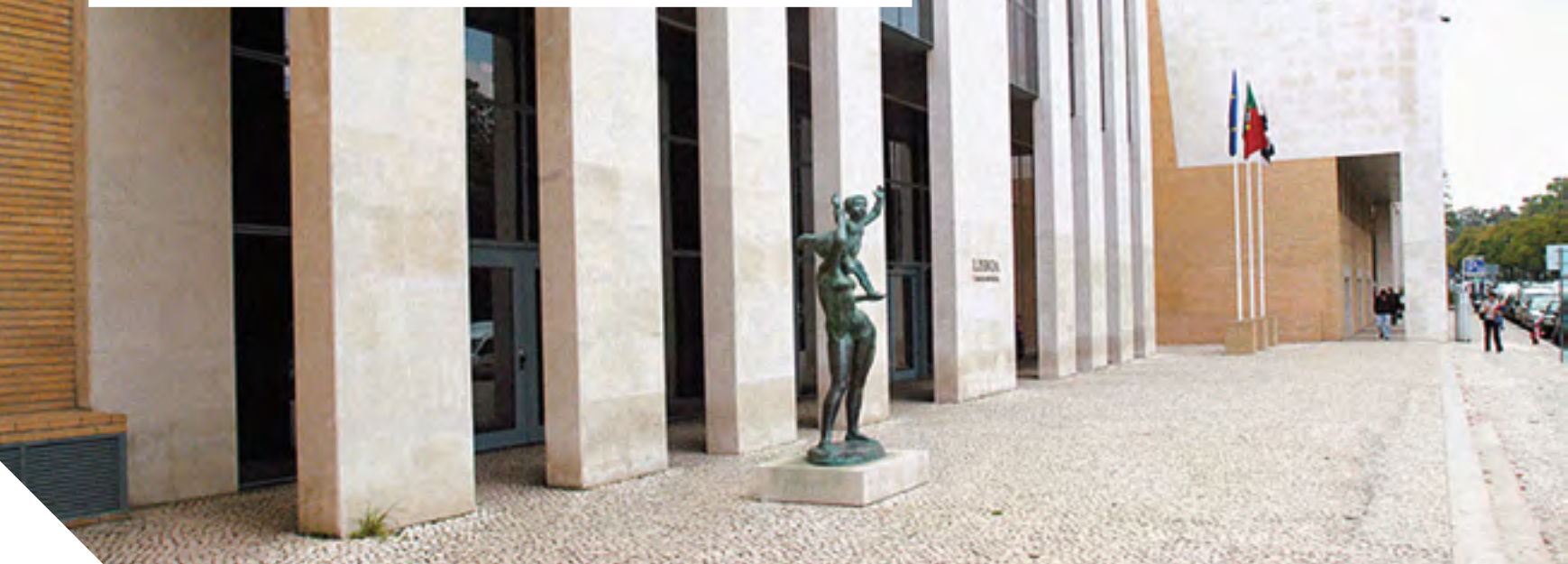
da Rua Filipe da Mata, pertencente à Junta de Freguesia das Av. Novas. Desde há três anos, esta JF vem protelando as obras necessárias e dignas desse nome neste local, apesar de várias hipóteses de solução apresentadas por este Sindicato uma vez ouvidos os trabalhadores. Esta situação foi ainda agravada pela actual sobrelotação, falta de condições nos balneários, que já existiam, e de uma copa, que nem água possui para a higienização dos utensílios de cozinha utilizados pelos trabalhadores, para além de outras situações que urgem ser retificadas.

Do ponto de vista positivo, convém também aqui ressaltar a valorização que os trabalhadores têm mostrado sobre a solução encontrada pela autarquia, sob proposta do STML, relativo ao pagamento dos passes aos trabalhadores que deles necessitam para efetuar o seu trabalho no município de Lisboa, evitando-se um gasto duplicado de verbas que a todos prejudicava. Esta solução, finalmente adoptada, é a prova que vale a pena insistir, quando a razão nos assiste. Vamos prosseguir este trajeto de acompanhamento por todo o município, cientes que só com o empenhamento de todos, poderemos melhorar o que está mal e tornar o nosso trabalho mais saudável. Assim, estão previstas visitas, a calendarizar em função do contexto mais geral associado à pandemia da COVID-19, nos seguintes locais de trabalho:

16. Garagem dos Olivais 3
17. Entrepasto
18. UIT Baixa
19. Campo Grande 13 e 25 (continuação)
20. Juntas de Freguesia de Benfica, Ajuda, Alcântara e Alvalade
21. Rede de Bibliotecas

Só com a nossa intervenção, podemos de forma sustentada, lutar por uma melhor qualidade de vida no trabalho e mais dignidade enquanto pessoas, defendendo assim um serviço público de maior qualidade.

STML reúne com a direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH)



O STML reuniu com a DMRH no passado dia 18 de Fevereiro. Na primeira parte da reunião, esteve também presente a directora da direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU). Dos assuntos debatidos, destacamos:

DMHU

Negociação dos horários de trabalho do NAGE (antigo SAL). Dando seguimento ao processo negocial iniciado em fins de 2019, o STML voltou a reforçar a ideia sobre a necessidade em alterar os horários de trabalho tendo como base a vontade expressa dos trabalhadores. Esperemos puder concluir positivamente este processo nas próximas semanas.

Faltas injustificadas nas tolerâncias de ponto do natal e da passagem de ano. O STML mostrou estupefação perante as situações conhecidas, sustentadas numa total arbitrariedade e numa má comunicação entre chefias e trabalhadores. A CML ficou de avaliar o sucedido.

Concurso de cantoneiros. A CML afirmou estar em vias de conclusão do concurso aberto em Dezembro de 2018, prevendo a abertura de um novo procedimento concursal em breve. Contudo, informaram da rescisão de um conjunto de contratos de prestação de serviços (recibos-verdes) pelo motivo dos trabalhadores terem chumbado nos testes psicotécnicos. O STML mostrou total discordância sobre este assunto, afirmando que após mais de um ano ao serviço, cumprindo sempre os seus deveres, os trabalhadores não podem ser agora descartados.

Condições de trabalho. O sindicato referiu os vários problemas existentes nos postos de limpeza da Boavista, Filipe da Mata e dos Olivais, também no COR, que carecem de intervenção e resolução.

DMRH

Foram debatidos os vários **processos de mobilidades intercarreiras**, referindo o responsável municipal terem esgotado a reserva de recrutamento 22 dos 31 procedimentos iniciados em Janeiro de 2018. Os trabalhadores que ficaram fora das vagas dos restantes 9 processos, serão considerados em função das necessidades de serviço identificadas. As consolidações decorrem normalmente dentro dos prazos pré-definidos.

No contexto do **PREVPAP**, procede-se à chamada dos respectivos trabalhadores para assinarem o CTFP por tempo indeterminado.

Concursos externos de admissão de pessoal. Procedem aos trâmites dos vários concursos abertos. Sobre o concurso de cantoneiro, referem terem sido apurados e aprovados 278 trabalhadores. Nos concursos para a rede de bibliotecas, assistente técnico e técnico superior, prevê-se a sua conclusão apenas para Outubro deste ano. Contudo, sobre a maior parte dos concursos, assiste-se a um desenvolvimento moroso, sem capacidade de resposta ao que são as necessidades prementes de pessoal, actualmente identificadas em várias realidades sectoriais e profissionais.

Concursos de promoção. Refere a DMRH a conclusão do processo relativo aos guardas-florestais. O que concerne aos informáticos, está-se na fase de constituição de júri e dos fiscais, apresenta-se com atrasos.

Pagamento às Ordens Profissionais. A DMRH aguarda neste momento a informação solicitada a todas as direcções municipais sobre os trabalhadores inscritos nas respectivas Ordens.

Novo ACEP e aplicação dos 3 dias de férias atribuídos via avaliação (SIADAP). Referem estar à espera da publicação pela DGAEP para formalizar a atribuição de mais 3 de férias com avaliação positiva e sem faltas injustificadas no ano anterior (2018), a todos os trabalhadores da CML. Os 3 dias de férias dizem respeito ao biénio avaliativo 2019/2020.

Negociação de horários de trabalho. A DMRH comprometeu-se para inícios de Março em promover uma reunião com o STML e a DMC para debater o horário de trabalho da Biblioteca Palácio Galveias.



Frente Comum reúne com o Governo

A 17 de Fevereiro, a Frente Comum reuniu com o governo representado pelo SEAP, a quem entregou um documento em que é justificado o aumento salarial para os trabalhadores da AP e a reformulação da Tabela Remuneratória Única (TRU), devido às várias distorções introduzidas.

Uma vez mais, exigimos o aumento salarial de 90€ para todos os trabalhadores da AP, propositando recuperar uma parte dos rendimentos perdidos ao longo de mais de uma década de congelamentos. O aumento do subsídio de alimentação, a reposição do pagamento do trabalho suplementar, o descongelamento dos suplementos remuneratórios, abonos para falhas, a regulamentação dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco e a reposição dos 25 dias de férias, foram outras matérias para as quais se exigiu resposta.

O SEAP, limitou-se a registar as posições da Frente Comum e a informar que o documento entregue seria devidamente analisado com o Ministério das Finanças.

Na reunião de 19 de Fevereiro, o SEAP começou por repetir os argumentos difundidos pelo governo quanto aos valores atribuídos aos “aumentos” salariais para a AP, em que se misturam os gastos com as progressões dos últimos dois anos e com contratações de pessoal, com os míseros 0,3% previstos para os salários de 2020.

A Frente Comum rebateu a abordagem que o governo abusivamente faz ao assunto, reafirmando que a discussão dos aumentos salariais para 2020, não pode ser confundida com os custos globais do trabalho.

O SEAP, acabou então por rejeitar o aumento de 90€ proposto, contrapondo um aumento de 10€ para os níveis remuneratórios da 4ª e 5ª posição, 635,07€ e 683,13€ respectivamente. Assu-

miu igualmente que não haverá correção da TRU, nem aumento do subsídio de refeição, dos restantes suplementos e do trabalho extraordinário, nem a reposição dos 25 dias de férias.

A Frente Comum, rejeitou esta proposta de aumentos salariais e lamentou que o governo opte por enveredar por uma política que privilegia a banca, as PPP ou a aquisição de serviços externos para a realização do serviço público, gastando milhares de milhões de euros em detrimento da valorização dos seus trabalhadores.

Tendo em conta a intransigência do governo em relação aos aumentos salariais dos trabalhadores da AP, a Frente Comum realizou a 28 de Fevereiro uma Cimeira para decidir as formas de luta a adoptar.

Decidido também neste dia, através de uma iniciativa com expressão de rua, junto à residência Oficial do 1º Ministro, a realização de uma greve nacional de sindicatos da Administração Pública para no dia 20 de Março. O plenário contou com a presença de centenas de dirigentes e delegados sindicais dos vários sindicatos da Frente Comum, tendo ficado bem patente a incompreensão e a indignação com que os trabalhadores da AP receberam a proposta do governo, considerando-a ofensiva para todos aqueles que dão corpo e fazem funcionar os serviços públicos de norte a sul do país.

A greve nacional da AP de 20 de Março foi, entretanto, suspensa pelo momento excepcional que o país atravessa no contexto próprio da pandemia da COVID-19. Mais uma vez, mostrou-se o enorme sentido de responsabilidade que os sindicatos e os trabalhadores do sector público revelam quando o país, e os portugueses em geral, atravessam dificuldades acrescidas.



CAMPO DE OURIQUE

No dia 23 de Janeiro, a direcção do STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia, representada pelo vogal Pedro Costa. Esta reunião teve um ponto único, concluir a negociação sobre o Acordo colectivo de Empregador Público (ACEP). Foram encerradas com sucesso as negociações para a celebração deste importante instrumento de contratação colectiva, ficando a autarquia, após a aprovação em Assembleia de Freguesia, de agendar uma data para a sua assinatura. Relembramos que, entre outros ganhos para os trabalhadores, sobressaímos a atribuição de mais três dias de férias com avaliação positiva (SIADAP).

BENFICA

Realizou-se a 6 de Fevereiro uma reunião com o Executivo da Junta de Freguesia, representado pelo Presidente Ricardo Marques e a Vogal responsável pelos Recursos Humanos. Sobre a proposta do novo ACEP, apresentada pelo STML, o Executivo mostrou-se disponível para a sua celebração.

Sobre outros assuntos, foi informado o STML da integração nos últimos dois anos, no mapa de pessoal da freguesia, de cerca de 130 trabalhadores. A junta tem actualmente perto de 400 funcionários, dos quais 206 fazem parte do mapa de pessoal, admitindo um universo de cerca de 50 a 60 falsos recibos verdes. Estes casos será regularizados, muito provavelmente no próximo mandato autárquico. Até 2021, a Junta, irá consolidar os casos de mobilidade intercarreiras. O processo avaliativo correspondente ao biénio 2017/2018 foi concluído, tendo os trabalhadores com 10 pontos progredido em tempo oportuno. Está em curso o processo relativo a 2019/2020. Para Maio, prevê-se o início das obras no Posto de Limpeza Silva Porto. Durante esse período, os trabalhadores concentrar-se-ão, nas instalações do Bairro da Boavista, onde também haverá intervenção no âmbito do saneamento. Sobre o pagamento do suplemento de turno aos trabalhadores da Piscina do Bairro da Boavista, a Junta ficou de reavaliar caso a caso, corrigindo eventuais injustiças criadas pelo novo "Regulamento de Turnos". Por último, em torno do gozo de folgas acumuladas pelos trabalhadores na CM Lisboa, o Presidente irá avaliar este assunto, procurando uma solução com o Vereador Carlos Castro.

LUMIAR

A 7 de Fevereiro, o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia, representado pelo seu presidente Pedro Delgado Alves e pelo vogal dos Recursos Humanos Henrique Melo. Sobre a avaliação de desempenho (SIADAP), a Junta de Freguesia afirmou que o processo relativo ao biénio 2017/2018 está concluído. Informou ainda ter sido eleita a Comissão Paritária, que irá agora analisar as participações efetuadas pelos trabalhadores.

O STML referiu a falta de espaço nos vestiários e balneários do actual Posto de Limpeza. O Executivo referiu que o concurso de empreitada para um novo equipamento ficou deserto, prevendo-se nova tentativa em breve, mas com valores superiores. A Junta solicitou à CML o empréstimo a título provisório de contentores, que serão instalados até fim do primeiro semestre junto ao balneário público. Em negociações, encontra-se a utilização de um espaço na Alta de Lisboa.

O mapa de pessoal da JF tem neste momento preenchidas 136 das 156 vagas. Serão abertos concursos para admissão de pessoal. Existem 20 trabalhadores com contrato a termo certo (auxiliares de educação, nos CAF e na Higiene Urbana).

O Executivo ficou, uma vez mais, de analisar a proposta de ACEP e informar o Sindicato em tempo oportuno, ficando de apresentar propostas próprias no regime de trabalhador estudante.

SANTA CLARA

A 29 de Janeiro, o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia, representado pela presidente Maria da Graça Ferreira. O Executivo referiu ter concluído o processo de avaliação (SIADAP) do biénio 2017/2018 e as progressões respectivas consumadas. Na piscina da Ameixoeira, a Presidente referiu que os horários de trabalho estão normalizados, funcionando o equipamento sem qualquer tipo de problema, apontando, contudo, a necessidade de mais dois Técnicos de nataçao.

Nesta reunião, a JF mostrou-se contrária ao pagamento do suplemento de insalubridade, penosidade e risco aos novos trabalhadores entretanto contratados. O STML contestou vigorosamente este tratamento discriminatório. O Sindicato teve depois conhecimento que a autarquia reconsiderou a sua posição, passando a efectuar este pagamento, situação que saudamos.

O STML apresentou uma proposta de ACEP, ficando o Executivo de analisar a proposta. Foi igualmente entregue o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores da Junta de Freguesia de Santa Clara.

ALVALADE

A 19 de Fevereiro, o STML voltou a reunir com o Executivo desta Junta de Freguesia, representada pelo vogal responsável pelos recursos humanos. O objectivo desta reunião centrou-se na tentativa de ultrapassar o diferendo sobre a jornada de trabalho extraordinário prestado ao sábado. Apesar do STML ainda não ter chegado a consenso com a Junta, a discussão prossegue, tendo os responsáveis da freguesia informado posteriormente que aguarda um parecer da ANAFRE. Os trabalhadores mantêm-se mobilizados na defesa da sua proposta.



XIV Congresso da CGTP-IN

Realizou-se a 14 e 15 de Fevereiro, no Seixal, o XVI Congresso da CGTP-IN. O STML marcou presença com uma delegação de quatro Dirigentes. O sindicato mantém um elemento no Conselho Nacional, órgão dirigente da central sindical que dirige o maior movimento social do país, o movimento sindical unitário da CGTP-IN. O Congresso aprovou um novo Conselho Nacional, assistindo-se à necessária renovação, mas também rejuvenescimento, enquanto garantias indispensáveis para uma intervenção consequente nos próximos quatro anos. Como consequência natural, a renovação da própria Comissão Executiva e a indicação de um novo Secretário-Geral, agora na pessoa da Isabel Camarinha, a primeira mulher a assumir esta enorme e importante responsabilidade.

Reproduzimos a 'saudação' a toda a estrutura sindical e aos seus trabalhadores, "O XIV Congresso da CGTP-IN foi uma realização de extraordinária força e determinação, contributo valioso para o fortalecimento da nossa organização e para o desenvolvimento da luta pela valorização

dos trabalhadores, por um Portugal com futuro.

A participação empenhada e militante de toda a estrutura sindical, dos dirigentes, delegados, activistas sindicais e trabalhadores, muitos deles delegados ao Congresso ou convidados, antes, durante e depois do Congresso, foi determinante para o seu êxito.

No Congresso aprovámos as orientações para os próximos 4 anos, bem como as grandes prioridades para a acção e intervenção da nossa Central Sindical de classe, unitária, democrática, independente, solidária e de massas.

O Conselho Nacional da CGTP-IN conta com todos para prosseguir e intensificar a acção sindical, dinamizar a acção reivindicativa nos locais de trabalho, impulsionar a luta sectorial e alargar a luta mais geral, por uma política alternativa, de esquerda e soberana, que responda aos problemas dos trabalhadores, do povo e do país.

**Viva a CGTP-Intersindical Nacional
A luta continua!"**

Dia Internacional da Mulher Trabalhadora

A igualdade entre mulheres e homens é um dos objectivos centrais e prioritários da acção do movimento sindical. É necessário reforçar a participação das trabalhadoras. Impõe-se combater as desigualdades e discriminações. Valorizar o trabalho das mulheres contribui, também, para dignificar as condições laborais de todos os trabalhadores.

Apesar das conquistas alcançadas, mantém-se a importância de uma intervenção sindical permanente no trabalho, na rua e junto das instituições, pois permanecem muitos problemas por resolver. A efectiva igualdade entre mulheres e homens é inseparável de uma luta mais geral pelos direitos, liberdades e garantias de todos os trabalhadores. A discriminação das mulheres trabalhadoras não pode ser separada da exploração laboral, sejam de homens ou de mulheres.

O STML defende que nenhum homem será verdadeiramente livre enquanto as mulheres forem discriminadas. Por isso, a nossa acção centra-se em sete áreas essenciais para a valorização do trabalho e erradicação de todas as formas de violência, assédio e discriminação:

- A luta pela estabilidade e segurança no emprego, e a eliminação da precariedade laboral;
- A eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres;
- Organização do tempo de trabalho com direito à conciliação com a vida familiar e pessoal;
- A defesa e efectivação dos direitos de maternidade e de paternidade;
- O combate ao assédio no trabalho;
- A identificação e eliminação dos factores de risco que estão na origem das doenças profissionais;
- Reforço e qualidade dos serviços públicos.

Segundo a Constituição da República Portuguesa, todos temos direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar. O tema da igualdade tem adquirido maior visibilidade. Quantas mais lutas forem travadas, mais contribuímos para melhorar a vida dos trabalhadores. Na Semana da Igualdade e no dia 8 de Março, o STML reforçou esta luta nos locais de trabalho e na rua.



Integrada nesta semana de luta, o STML realizou a 6 de Março, no Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, uma acção que juntou à vertente reivindicativa a realização de um concerto com a banda UHF. A iniciativa contou com a presença de trabalhadoras da Câmara Municipal de Lisboa, Juntas de Freguesias e Empresas Municipais. Ao participarem na acção, elas deram corpo à

luta pela igualdade. Estiveram igualmente presentes, e com direito a intervenção, representantes da CGTP-IN, da União dos Sindicatos de Lisboa e do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

O STML também participou na manifestação organizada pelo MDM – sob o lema “a força da unidade em defesa dos direitos das mulheres e pela paz no Mundo” –, na qual homens e mulheres de todo o País caminharam juntos, entre os Restauradores e a Ribeira das Naus, na luta pela igualdade. Esta iniciativa contou ainda com a presença da CGTP-IN, conduzida pela secretária-geral, Isabel Camarinha.

Todas as acções desenvolvidas são valiosos contributos para a construção de uma sociedade onde, socialmente, sejamos iguais, enquanto pessoas diferentes e livres.

Dia Nacional da Juventude Trabalhadora

A precariedade constitui a antecâmara do desemprego e é responsável pelos baixos salários, a negação da progressão na carreira, o enfraquecimento da protecção social no presente e no futuro, uma maior pobreza laboral, a instabilidade e insegurança na organização da vida pessoal e familiar, a baixa natalidade e os problemas demográficos com que o país se confronta, as propostas apresentadas pelo Governo não só não resolvem este flagelo que atinge trabalhadores, as famílias e a sociedade, como deixam o caminho aberto à sua perpetuação.



O STML irá colocar pré-aviso de greve para dia 26 de Março, das 13h00 às 21h00, direccionado aos trabalhadores até 35 anos de idade, inclusive, de forma a permitir a sua participação nesta importante jornada de luta nacional. Que ninguém cale o seu protesto!

Deixamos, contudo, uma ressalva: no contexto da pandemia da COVID-19, poderá ter que ser decidido o adiamento desta jornada de luta nacional. Neste momento, aguarda-se orientação da Interjovem/CGTP-IN.

Entramos em Abril, mês da Liberdade



Quarenta e seis anos depois da Revolução, voltamos a comemorar ABRIL e o dia 25, certos que o caminho percorrido foi, e é importante, na luta pelas conquistas que essa data nos proporcionou, mas o que o futuro nos reserva não o é menos. O capitalismo desmedido, as novas formas de exploração e de desigualdade, tolhem-nos hoje, como a ditadura nos tolheu no passado, qual “lobo vestido com pele de cordeiro”.

As roupagens dos autocratas travestem-se em pensadores sábios apoiados pelos media, que eles próprios dominam. São os fazedores de opinião, os criadores do poder e da nova ditadura da mistificação, do controlo da opinião pública, e das redes sociais, esperando sempre atentos que uma “porta se abra” para fazerem vingar os seus maléficos intentos.

Celebrar hoje Abril, não é apenas uma recordação nostálgica. Os perigos hoje são diferentes, mas, tal como no passado, a adaptabilidade e resiliência às condições vigentes são o maior desafio, que a cada um de nós, individualmente, e a todas as organizações, colectivamente, se põem na luta pela preservação e conquista de mais direitos que garantam a nossa liberdade.

Quando a democracia, é diariamente posta à prova e descredibilizada, pelo tráfico de influências entre o poder político e o capital, pela corrupção sem rosto, por uma justiça iníqua e oligárquica, urge cerrar fileiras e meditar profundamente nas causas, que levaram e levam a este estado sociológico de vivência e demência colectiva.

Celebrar em Abril a liberdade, se é um grande tributo a todos quantos ao longo de 48 anos deram o seu melhor, alguns com a própria vida, para que todos actualmente possam dizer que são livres, decerto que o maior que lhes podemos dedicar, é evidenciar-mos com a nossa postura, ser-mos dignos continuadores do que, com a sua luta foi conquistado, por nós mantido e alargado.

Nesse sentido, enquanto trabalhadores, há que combater o flagelo da autocensura e do comodismo, que faz calar a voz da razão e da justiça, escancarando a tal porta que muitos anseiam seja “aberta”, para agravar a exploração, as injustiças, a desumanização, e a retirada de direitos e liberdades, sempre, mas sempre, em nome da “ditadura da economia”.

Cabe ainda a cada um de nós, passarmos a mensagem aos nossos descendentes, da importância desta data pelo que ela significa, e se é um facto que todos os indicadores socio económicos, mostram bem a evolução que tivemos nestes 46 anos, não é menos factual que esses números para grande parte dos nossos jovens, são mera evidência estatística. Relembrar os sacrifícios feitos no passado por muitos portugueses, e que possibilitam que muitos deles tenham hoje, uma formação digna e condições de vivência ímpares, é por ventura, a maior contribuição que lhes podemos oferecer, para nunca esquecerem o que custou e custa a liberdade.

VIVA O 25 DE ABRIL!

Se a pandemia da COVID-19 permitir, dia 25 de Abril, estaremos às 14h30 no Marquês de Pombal, onde se iniciará o desfile pela avenida que Abril conquistou!



Condições de trabalho no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Em Março, o Sindicato fez chegar ao Presidente da CML, uma exposição sobre os problemas em torno das condições de trabalho verificadas no Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO). À semelhança de outros casos envolvendo condições de trabalho no município, a exposição foi igualmente dada a conhecer a todos os vereadores e eleitos na AML.

Instalado no Palácio Beau Séjour (Estrada de Benfica), este serviço municipal, sob alçada da Direcção Municipal da Cultura, conta actualmente com 41 trabalhadores. O GEO tem a missão de promover o conhecimento sobre a História da cidade de Lisboa, através do estudo e da investigação multidisciplinar, salvaguardando a sua memória colectiva e individual em termos materiais e imateriais.

Nas visitas e contactos realizados pelo Sindicato nos últimos meses, foram identificados um conjunto de problemas que motivaram a referida exposição. Em termos de instalações e condições de trabalho, aguarda-se há bastante tempo pelo início de uma intervenção generalizada que dignifique o espaço, garanta a segurança e o bem-estar, tanto dos trabalhadores como dos munícipes que se deslocam a este equipamento. Problemas sobre,

- a climatização de algumas salas, onde os equipamentos de ar-condicionado estão avariados ou já não têm manutenção especializada há bastante tempo;
- o WC em más condições destinado aos funcionários, no 1º piso, servindo ambos os sexos, quando deveria ser diferenciado;
- a carência de um espaço adequado ao armazenamento de materiais diversos, observando-se nos corredores, no R/C e no 1º piso, inúmeros materiais que obstruem as saídas. Em caso de emergência, erguem-se problemas sérios à evacuação de trabalhadores e utentes;
- o caso concreto da sala de restauro, em zona contígua ao Palácio Beau Séjour (antiga casa do guarda), onde há graves ca-

rências a nível do local de trabalho, em termos de materiais indispensáveis ao trabalho diário (por exemplo, material informático obsoleto, obrigando a trabalhadora a utilizar o seu computador pessoal), como de espaço útil. Acresce o facto do equipamento de ar-condicionado encontrar-se desativado, criando fortes constrangimentos a nível da respectiva climatização, principalmente na época de inverno.

Somam-se outros problemas, tais como:

- Infiltrações e queda de estuque (tetos). Exemplo evidente, na zona de entrada do equipamento, cuja reparação passou por tapar a zona do teto descoberta com papel;
- Ausência de qualquer plano de emergência;
- Desconhecimento sobre quaisquer medidas de autoproteção (MAP);
- Em algumas partes do Palácio, a limpeza é inadequada;
- Há necessidade urgente em encontrar um espaço que sirva para o armazenamento dos materiais utilizados com frequência, nomeadamente em exposições, acções de formação, palestras, etc. A cave do Palácio, encontra-se totalmente ocupada e sem disponibilidade física para acolher mais materiais.

Em suma, torna-se indispensável intervir no edificado que o GEO actualmente ocupa, renovando, melhorando e salvaguardando as condições de trabalho, oferecendo também, por esta via, melhores requisitos de acolhimento a quem se desloca a este Palácio para consultar, estudar e investigar os seus conteúdos únicos. Acresce nesta dimensão, pela sua relação recíproca, a potencial criação de novos conteúdos, ampliando e enriquecendo o espólio que abre portas ao conhecimento em termos multidisciplinares da História da cidade de Lisboa.



#Capitalismo Não É Verde

Como verificaram Marx e Engels no século XIX, o sistema capitalista é, na sua génese, depredador. O modo de produção capitalista não só coloca o homem contra o homem, por via da relação de exploração, como deteriora a relação das sociedades com a natureza, por via da sede de lucro e da anarquia da produção. Por isso mesmo, o capitalismo é *inconciliável* com a sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, com as preocupações ambientais que todos devemos ter.

Nos últimos tempos, por via da mediatização em torno das questões ambientais, têm sido de sobremaneira sublinhadas ideias como as da fiscalidade verde, do mercado do carbono, da responsabilização individual pelas atitudes de consumo, que servem, no essencial, para ocultar a razão de uma centena de empresas no mundo serem responsáveis por 71% da emissão de gases de estufa desde 1988. Como que por milagre, o estado de emergência climática no planeta parece resumir-se às “nossas” (e referimo-nos, sobretudo, aos países ricos do Ocidente e às “emergentes” economias asiáticas) práticas de consumo.

De facto, a responsabilidade individual sobre as atitudes de consumo é determinante mas, coloquemos a questão naquilo que, genericamente, se denomina de “economia verde”: em primeiro, generalizou-se que as questões ambientais estão para lá das ideologias, e isto porque a causa primordial é o Planeta e o que é urgente é agir. Através deste discurso, por sinal nada novo, descure-se a responsabilidade do modo de produção capitalista. Esta manobra de manipulação ideológica intensifica-se à medida que o grande capital vê no “risco ambiental” um risco para o seu domínio, e o tenta contornar transformando-o numa nova fileira de lucro – a tal “economia verde” – que passa os custos da produção para os Estados e para o consumidor individual, maximizando assim as mais-valias do grande capital.

Repare-se no exemplo do mercado automóvel, onde um veículo eléctrico tende a custar mais do dobro de um veículo movido a energias fósseis; atente-se nos novos negócios “verdes” que, a título de exemplo, a actual realidade lisboeta bem o demonstra: bicicletas e trotinetas partilhadas, mas pagas, são um filão para várias multinacionais, como a Uber.

Estranhamente, ou talvez não, a Câmara de Lisboa prefere incentivar os negócios privados “verdes” a desafiar a população a andar mais a pé ou a utilizar o transporte público, que peca, cada vez mais, por desinvestimento (veja-se o que se passa com o Metropolitano, com uma qualidade de serviço cada vez mais deteriorada).

Mas recentremo-nos na ideia inconciliável de capitalismo e ambiente. Observe-se como a problemas ambientais graves, os centros de decisão do capital respondem com a implementação de mecanismos que visam aplicar o capitalismo à natureza, numa tentativa de o apresentar como sistema natural. É que as mesmas corporações empresariais que se “comprometem” a reciclar carbono são, simultaneamente, as que mais delapidam recursos e degradam o ambiente com as suas práticas depredadoras.

Como escreveu, já em 1979, o soviético Ivan Laptev, “os capitalistas, tendo prontamente concluído que a poluição do ambiente traz o perigo de convulsões sociais, estão insistentemente a tentar – não sem sucesso – transformar o perigo em sua vantagem. (...) A causa da proteção ambiental, que é benéfica a todos, fornece aos capitalistas novas oportunidades de roubar as massas”. Uma reflexão intemporal que, olhando atentamente para aquilo que nos rodeia, nunca parece ter sido tão actual. Por isso afirmamos que o capitalismo nunca poderá ser “verde”, se bem que a sua capacidade de dissimulação o possa fazer parecer.



José Raimundo Seara
– Partiu um combatente,
mas a luta continua

O Seara deixou-nos a 7 de Fevereiro. Ficámos mais pobres. Mas o seu importante legado persiste.

Foram longos anos de dedicação à causa sindical, sem outro interesse que não o da defesa dos direitos dos trabalhadores do Município de Lisboa. Desde a fundação do Sindicato, como activista, dirigente, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do STML, na direcção da Inter-Reformados de Lisboa, da Inter-Reformados Nacional e coordenador da nossa Comissão de Reformados. No plano da acção política, foi membro do Conselho Nacional da Associação Intervenção Democrática, formação integrante da CDU.

E sempre um exemplo de coerência combativa, humanismo e integridade que o tornaram merecedor da admiração e respeito de todos os que com ele tiveram o privilégio de trabalhar e conviver.

Recordemos aqui excertos de uma intervenção sua, representando a Comissão de Reformados do STML, em Tribuna Pública realizada pela Inter-Reformados, a 17 de Novembro de 2005, que mantém uma surpreendente actualidade:

“A grande ofensiva do actual governo contra os diversos sectores da Administração Pública, não sendo especialmente dirigida contra os reformados, acaba por os atingir por tabela, designadamente na esperada actualização de vencimentos e pensões que se anuncia inferior à inflação prevista, tal como vem acontecendo desde há vários anos, com a correspondente perda do poder de compra.”

“A progressiva destruição do aparelho do Estado é gravemente lesiva para os trabalhadores da Administração Pública que perdem muitos dos seus direitos e correm riscos sérios de desemprego, mas é igualmente prejudicial para os utentes dos respectivos serviços, cuja qualidade tende a diminuir, ficando como alternativa o recurso a privados, o que só é possível a quem disponha de recursos que a maioria da população não possui, como



acontece com a generalidade dos reformados e idosos.”

“Uma maior consciencialização de centenas de milhares de reformados para uma melhor defesa dos seus interesses é fundamental nestes tempos difíceis que vivemos. Para a conseguir é imperativo que façamos da Inter-Reformados uma organização com maior capacidade de influenciar e unir a grande massa de reformados, aposentados e pensionistas do nosso País.

Viva a Inter-Reformados

Viva a CGTP-Intersindical Nacional

A luta continua por melhores pensões e mais justiça social.”

A melhor homenagem que hoje lhe devemos prestar é, honrando a sua memória, assumir o compromisso de prosseguir a sua e nossa luta de sempre.

Manifestação da Administração Pública

Solidariamente com quem trabalha e não vê aumentos salariais há já 10 anos, participámos no desfile com o nosso sindicato na grande manifestação nacional a 31 de Janeiro, do Marquês a S. Bento, no dia da primeira greve nacional da Administração Pública do ano em curso, uns dias antes da aprovação do Orçamento de Estado.

Apesar do mau tempo, do sobe e desce das colinas e do “peso dos anos”, chegámos até S. Bento, fazendo coro com o coro de protestos:

“Para a banca e capital há milhões, para os trabalhadores há tostões” – “Basta de congelamento, queremos 90 euros de aumento” – “Queremos estabilidade, fim à precariedade” – “Para o estado melhor servir, é preciso investir” – “A ADSE é dos trabalhadores da administração pública!”.

20 de Março: Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública!



No momento em que escrevemos este artigo, foi anunciada a suspensão da greve nacional da administração pública convocada pela Frente Comum para 20 de Março. O motivo é de todos conhecido e deve-nos preocupar seriamente.

NOTA da FCSAP, de 13 de Março

Nesta fase de contenção da infeção pelo novo coronavírus, tendo a OMS declarado situação de pandemia, e dado o momento que se vive em Portugal, com o encerramento de um conjunto muito alargado de serviços públicos, a Frente Comum decidiu suspender a realização da Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública agendada para dia 20 de Março, assegurando desta forma que os serviços funcionarão com a normalidade possível perante o quadro que se vive.

Reafirmando que todas as razões que motivaram a marcação desta Greve Nacional se mantêm e, aliás, têm hoje ainda mais validade e pertinência, a Frente Comum dará a necessária continuidade à luta por melhores salários, pela valorização das carreiras, por uma efectiva negociação e em na defesa dos Serviços Públicos, considerando as formas de luta que melhor se adequem, nos momentos concretos.

Assumindo a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, cujo papel será absolutamente central no combate ao quadro de propagação do Covid-19, a Frente Comum exige que sejam garantidas aos trabalhadores todas as condições de proteção individual e tomadas as necessárias medidas de contenção da propagação em todos os Serviços Públicos.

A greve foi suspensa, não foi desconvocada! Não podemos esquecer, mesmo neste contexto excepcional que atravessamos, que inevitavelmente terá o seu término, a postura do governo PS em relação aos trabalhadores do sector público. Perante a proposta avançada pelos sindicatos da Frente Comum, de 90€ para todos os trabalhadores, com a subida da 1ª posição da Tabela Remuneratória Única (TRU) para 850€, o governo tenciona aumentar 10€ para os trabalhadores que auferem os salários mais baixos (635,07€ e 683,13€). Os restantes poderão ter um aumento na ordem dos 0,3%. Vergonhoso!

O último aumento salarial na AP remonta a 2009. Nestes 11 anos, os trabalhadores perderam, em média, cerca de 17% do seu po-

der de compra. Acrescenta-se para o período de 2016/2019 os descongelamentos das progressões na carreira, que permitiram um aumento de 2,8% na remuneração base média mensal dos funcionários públicos. Contudo, no mesmo período, os preços aumentaram 2,6%, deitando praticamente por terra a melhoria alcançada pelas progressões.

Mas não confundamos aumentos salariais com progressões na carreira. Os trabalhadores tanto têm direito a um salário digno, como à valorização e progressão na carreira. O que o governo pretende, muitas vezes misturando os dois tópicos, é confundir, baralhar e criar um quadro argumentativo que lhe permita sustentar a sua posição. E nesse propósito, parece não olhar a meios. Dignificar os trabalhadores do sector público da administração central, local ou regional, é alicerçar mais e melhores serviços públicos, aos quais os portugueses têm direito. Não podemos continuar a aceitar uma política salarial miserável que, mais tarde ou mais cedo, conduzirá ao colapso dos serviços públicos por falta de pessoal. Enquanto uns se reformam, mesmo com penalizações, outros recusam-se a integrar o sector público por meia dúzia de tostões. Querirão Costa e Centeno abrir ainda mais espaço para tudo privatizar?

Se não bastasse a postura do governo nesta matéria, de clara afronta às expectativas, justas e legítimas dos trabalhadores, mantém-se cego, surdo e mudo perante as restantes reivindicações, nomeadamente a revisão da TRU e das carreiras; a revogação do SIADAP; a regulamentação e actualização dos suplementos remuneratórios; a reposição dos 25 dias de férias, com as respectivas majorações; nas condições da aposentação; na quotização absurda para a ADSE (3,5% sobre 14 meses, quando se exige 1,5% sobre 12 meses); na identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido; entre tantas outras.

São de facto muitas as razões que nos motivam à luta! Luta por melhores salários, por uma vida melhor, por um futuro digno e estável. Por serviços públicos de qualidade de todos e para todos!



MULHER

A mulher não é só casa
mulher-loiça, mulher-cama
ela é também mulher-asa,
mulher-força, mulher-chama

E é preciso dizer
dessa antiga condição
a mulher soube trazer
a cabeça e o coração

Trouxe a fábrica ao seu lar
e ordenado à cozinha
e impôs a trabalhar
a razão que sempre tinha

Trabalho não só de parto
mas também de construção
para um filho crescer farto
para um filho crescer são

A posse vai-se acabar
no tempo da liberdade
o que importa é saber estar
juntos em pé de igualdade

Desde que as coisas se tornem
naquilo que a gente quer
é igual dizer meu homem
ou dizer minha mulher

Ary dos Santos

(1937-1984)

Março,
mês em que se relembra a luta
pela emancipação da
Mulher Trabalhadora,
numa luta de todos os dias.

Para as futuras edições do nosso Boletim, o STML disponibiliza esta página aos associados do sindicato. Neste espaço poderão divulgar as suas aptidões para a poesia, para uma opinião crítica e fundamentada sobre os problemas que marcam o nosso tempo, ou até para alegorias nas suas várias expressões. Quem aceitar o desafio, poderá remeter as suas propostas para stml@stml.pt ao cuidado do Corpo Redatorial do **Trabalhador do Município de Lisboa**. Ficamos a aguardar os vossos contributos.